

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000342-18.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Carolina Rocha Ferreira**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

CAROLINA ROCHA FERREIRA pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 05 de agosto de 2016.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo preliminarmente a necessidade de retificação do polo passivo da lide e a ausência de documento essencial. No mérito, defendeu a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta a autora padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial conclui que *"o nexa causal é procedente quanto ao acidente de trânsito ocorrido em 05/08/16 (fls. 25), bem como o quadro traumático resultante da fratura de extremidade proximal do úmero à direita (segmento dominante) foi tratado de forma conservadora (imobilização) - quadro que não a inviabiliza à realização das atividades domésticas que lhe são habituais em âmbito domiciliar. No presente exame médico pericial constatou-se prejuízo parcial da ampla mobilidade do ombro direito em adição à hipotrofia moderada do braço direito como sequela resultante*

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

da fratura de úmero supramencionada. (...) O exame médico pericial atual apontou sequela funcional no membro superior direito (70%) quanto ao trauma ocorrido em 05/08/16 com repercussão em grau leve (25%) com valor contemplado conforme tabela DPVAT em R\$ 2.362,50 reais" (fl. 159).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula 474 do STJ).

A autora já foi indenizada administrativamente no valor de R\$ 843,75, de modo que receberá a quantia de R\$ 1.518,75.

Nos termos da súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso".

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 1.518,75, com correção monetária desde a data do evento danoso e juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dos honorários periciais já adiantados e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 14 de agosto de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA